

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, é uma fundação privada que, nos termos dos seus estatutos, tem por missão o desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e científicas tanto no país como no estrangeiro.

Segundo chegou ao conhecimento do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda a Culturgest recebeu, em janeiro de 2016, nas suas instalações do Porto, uma inspeção da Autoridade para as Condições do Trabalho. Na referida ação inspetiva foi detetado o recurso indevido a “*recibos verdes*” tendo a ACT notificado a instituição para a regularização da situação.

No entanto, alegadamente, a Culturgest do Porto ter-se-á recusado perentoriamente a regularizar estes vínculos precários.

Por conseguinte, foi intentada ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, nos termos previstos no artigo 186.º K e seguintes do Código de Processo do Trabalho, tendo o tribunal reconhecido a existência de contrato de trabalho.

No decurso desta decisão judicial e, ao contrário do que seria expectável, a Culturgest avançou com o despedimento ilícito destes trabalhadores. De momento, estão em curso ações judiciais de impugnação do despedimento.

Alegadamente, depois de esgotadas as possibilidades de recurso no primeiro processo, a Culturgest, que nunca mostrou abertura para acordo, tentou persuadir trabalhadores a acordos que eram prejudiciais aos trabalhadores.

Os trabalhadores encontram-se numa situação de fragilidade económica e tem sentido enorme pressão psicológica.

É inaceitável que, a confirmarem-se estas denúncias, a Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest leve a cabo práticas que colocam em causa direitos essenciais dos trabalhadores e

se escuse ao cumprimento da lei.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Tem conhecimento de ações inspetivas realizadas pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) na Culturgest do Porto? Quais foram os resultados dessas ações inspetivas e que medidas foram tomadas com vista a regularizar situações identificadas pela ACT?
3. Que medidas pretende tomar, no quadro da Estratégia plurianual de combate à precariedade, com vista a garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Culturgest Porto?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 26 de Junho de 2017

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JORGE CAMPOS(BE)